



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



GABRIELA MOREIRA DUARTE BEZERRA

**UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS CONTADORES DAS EMPRESAS DE
LATICÍNIO DA CIDADE DE SOUSA SOBRE AS ALTERAÇÕES NA
NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

SOUSA-PB

2014

GABRIELA MOREIRA DUARTE BEZERRA

**UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS CONTADORES DAS EMPRESAS DE
LATICÍNIO DA CIDADE DE SOUSA SOBRE AS ALTERAÇÕES NA
NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Gianinni Martins Pereira Cirne.

SOUSA-PB

2014

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “**Uma Análise do Conhecimento dos Contadores das Empresas de Laticínio da Cidade de Sousa sobre as alterações na Normatização Contábil**”, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 14 de março de 2014.

Gabriela Moreira Duarte Bezerra

Autora

GABRIELA MOREIRA DUARTE BEZERRA

**UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS CONTADORES DAS EMPRESAS DE
LATICÍNIO DA CIDADE DE SOUSA SOBRE AS ALTERAÇÕES NA
NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB.

Monografia aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Professora Gianinni Martins Pereira Cirne – Orientadora

Membro Examinador 1

Membro Examinador 2

Dedico este trabalho ao meu pai Francisco Bezerra, exemplo de humildade, e a minha mãe Francisca Duarte, exemplo de perseverança, pela motivação e dedicação ao alcance deste sonho, por todo amor e atenção a mim prestado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e acima de tudo a Deus, pelo dom da vida e amor incondicional.

Aos meus pais Francisco e Francisca, as pessoas mais importantes da minha vida, pelo apoio em todas as minhas escolhas e pelas lições de vida.

As minhas irmãs, pela ajuda e companheirismo, especialmente Fernanda, que como irmã mais velha me transmite segurança e experiência.

A minha avó Inês, pelos ensinamentos.

As minhas sobrinhas, grandes razões da minha existência, por entenderem a minha ausência.

Ao meu namorado Iran Ronnyê, pela cumplicidade e lealdade de se fazer presente em todos os momentos da minha vida.

Aos meus colegas de turma, especialmente Cristina, Denis, Eliton, Everton, Fernanda, Geisa, Jefferson, Jéssica, Laís, Lígia, Mônica e Risley, pela consideração e amizade.

Aos meus colegas de trabalho, pela força e compreensão e por me acompanharem durante todas as fases desta graduação.

A minha orientadora Gianinni, pela competência, incentivo e amizade para que juntas pudéssemos realizar este trabalho.

A Samara Cristina (*in memoriam*), pela demonstração de determinação que deixou para os colegas de turma durante os períodos que esteve aqui conosco.

A minha amiga de infância Michelly Pordeus, pela amizade que se preserva sólida e sincera.

A todos os meus familiares, amigos, professores e funcionários da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis - UFCG, que contribuíram direto e indiretamente para a realização deste trabalho.

*“Porque todo aquele que pede, recebe.
Quem busca, acha. A quem bate, abrir-se-á.”
(Bíblia – Mateus 7,8)*

RESUMO

Considerando a globalização como fenômeno que acarreta a evolução da economia, e partindo do entendimento de que a contabilidade como ciência social necessita acompanhar essa evolução e adaptar suas normas e princípios à internacionalização das transações comerciais. A Contabilidade está em constante processo de mudança e neste trabalho foram ressaltadas algumas das principais alterações ocorridas com o surgimento da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e da Resolução CFC nº 1.282/10. Portanto, este estudo tem como principal objetivo analisar o impacto das alterações das normas e princípios contábeis nas empresas de laticínios da cidade de Sousa – Paraíba, sob a ótica do profissional contábil, de acordo com coleta de dados em forma de questionário, portanto, as conclusões obtidas foram expressas de acordo com as opiniões obtidas. A princípio foi feito um levantamento bibliográfico sobre a temática em questão e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário elaborado. A população da pesquisa são as indústrias em atividade no ramo de laticínio em Sousa e o universo é composto pelos quatro contadores destas empresas. Os resultados do estudo apresentam a carência de conhecimento profundo dos contadores das empresas de laticínio da cidade de Sousa – PB no que tange as alterações nas normas e princípios contábeis ocorridos.

Palavras-Chaves: Lei nº 11.638/07. Lei nº 11.941/09. Resolução CFC nº 1.282/10.

ABSTRACT

Whereas globalization as a phenomenon that leads to the evolution of the economy , and building on the understanding that accounting as social science needs to monitor these developments and adapt its rules and principles of international commercial transactions. Accounting is in constant process of change and in this work were highlighted some major changes with the emergence of Law 11.638/07 Law 11.941/09 and CFC Resolution 1.282/10. Therefore, this study aims to analyze the impact of changes in accounting standards and principles in the dairy town of Sousa companies - Paraíba in the 2008-2013 period, from the perspective of professional accounting, according to data collection form of a questionnaire, therefore the conclusions were expressed according to the opinions obtained. The principle was made a literature on the subject in question. The study results show a lack of deep knowledge of the counters of the city of Sousa dairy companies - PB regarding changes in accounting standards and principles that occurred between 2008 and 2013.

Keys-Words: Law 11.638/07. Law 11.941/09. CFC Resolution 1.282/10.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura do IASB	26
-----------------------------------	----

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Sexo dos contadores.	37
Tabela 2: Faixa etária dos contadores.....	37
Tabela 3: Grau de escolaridade dos contadores.....	37
Tabela 4: Tempo de atuação dos contadores na profissão contábil.....	38
Tabela 5: Tempo de existência da empresa.....	38
Tabela 6: Número de funcionários.	38
Tabela 7: Entidades obrigadas a seguir as disposições da Lei nº 11.638.....	39
Tabela 8: Classificação dos ativos conforme a Lei nº 11.638/07.....	39
Tabela 9: A Reavaliação de Ativos é permitida?.....	40
Tabela 10: Classificação dos passivos conforme a Lei nº 11.638/07.....	40
Tabela 11: Substituição da DOAR.	40
Tabela 12: Dispensa da divulgação da DFC.	41
Tabela 13: Grupo excluído do Balanço Patrimonial.	41
Tabela 14: Divisão do Patrimônio Líquido.	42
Tabela 15: Princípios de Contabilidade.	42
Tabela 16: Você identifica que as alterações se aplicaram na contabilidade das empresas de laticínios?.....	43
Tabela 17: Você fez algum curso ou treinamento específico relativo às alterações contábeis?	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCA.	Associação Brasileira das Companhias Abertas.
AGO.	Assembléia Geral Ordinária
APIMEC.	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.
BCB.	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA.	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo.
CFC.	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN.	Conselho Monetário Nacional.
CNI.	Confederação Nacional da Indústria.
CPC.	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CRC.	Conselho Regional de Contabilidade.
CVM.	Comissão de Valores Mobiliários.
DFC.	Demonstração dos Fluxos de Caixa.
DLPA.	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
DOAR.	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
DPVAT.	Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre.
DRE.	Demonstração do Resultado do Exercício.
DVA.	Demonstração do Valor Adicionado.
FASB.	<i>Financial Accounting Standards Board</i> (Junta de Normas de Contabilidade).
FEA.	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

FEBRABRAN.	Federação Brasileira dos Bancos.
FIPECAFI.	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.
IASB.	<i>International Accounting Standards Board</i> (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
IASC.	<i>International Accounting Standards Committee</i> (Comitê de normas internacionais de contabilidade).
IBAI.	Instituto Brasileiro de Auditores Independentes.
IBGE.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON.	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICPB.	Instituto dos Contadores Públicos do Brasil.
IFRS.	<i>Standard International Financial Reporting</i> (Normas Internacionais de Contabilidade).
NBC.	Normas Brasileiras de Contabilidade.
PFC.	Princípios Fundamentais de Contabilidade.
PC.	Princípios de Contabilidade.
RFB.	Secretaria da Receita Federal do Brasil.
RTT.	Regime Tributário de Transição.
SEBRAE.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SFN.	Sistema Financeiro Nacional.
SINDILEITE.	Sindicato dos Produtores Lácteos da Paraíba.
SRF.	Secretaria da Receita Federal.
SRP.	Secretaria da Receita Previdenciária.
SUSEP.	Superintendência de Seguros Privados.
USP.	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Delimitação do tema e problemática.....	16
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	17
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	17
1.3 Justificativa	17
1.4 Procedimentos metodológicos	18
1.4.1 <i>Quanto aos procedimentos</i>	19
1.4.2 <i>Quanto à abordagem</i>	19
1.4.3 <i>Quanto aos fins</i>	20
1.4.4 <i>Universo da pesquisa e amostra</i>	20
1.4.5 <i>Coleta e análise dos resultados</i>	21
1.4.6 <i>Tratamento dos dados</i>	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Contabilidade.....	23
2.1.1 <i>Entidades regulamentadoras da contabilidade</i>	24
2.1.1.1 <i>Financial Accounting Standards Board</i>	24
2.1.1.2 <i>International Accounting Standards Committee</i>	25
2.1.1.3 <i>Comitê de Pronunciamentos Contábeis</i>	27
2.2 Alterações nas normas e princípios contábeis	32
2.2.1 <i>Alterações na Resolução CFC nº 750/93</i>	32
2.2.2 <i>Alterações na Legislação Societária</i>	34
2.2.3 <i>Alterações na Medida Provisória 449/08</i>	36
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	37
3.1 Perfil dos contadores e das empresas de laticínios	37
3.2 As alterações nas normas e princípios	38

3.2.1 Entidades obrigadas a seguir as disposições da Lei nº 11.638/07	39
3.2.2 Classificação dos ativos conforme a Lei nº 11.638/07	39
3.2.3 Reavaliação de ativos	39
3.2.4 Classificação dos passivos conforme a Lei nº 11.638/075	40
3.2.5 Demonstração das origens e aplicação de recursos	40
3.2.6 Não obrigatoriedade da demonstração do fluxo de caixa.....	41
3.2.7 Exclusão do ativo diferido	41
3.2.8 Divisão do patrimônio líquido	42
3.2.9 Princípios de contabilidade	42
3.2.10 Aplicabilidade das alterações na contabilidade das empresas de laticício	43
3.2.11 Curso ou treinamento sobre as alterações contábeis	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A PESQUISA	50

1 INTRODUÇÃO

O crescimento e a expansão do setor industrial, de maneira geral, somado as mudanças decorrentes da globalização e dos processos e sistemas de gestão, conduzem os gestores ao cumprimento de obrigações, principalmente as que estão relacionadas à contabilidade das organizações.

A existência de concorrentes que tentam conquistar os mesmos clientes e fornecer produtos para o mesmo mercado consumidor aumenta a competitividade entre indústrias de um mesmo segmento. Para que se possa diminuir a incerteza sobre o futuro da empresa é interessante ter conhecimento de um número cada vez maior e preciso de informações sobre concorrentes e seus comportamentos, fornecedores, fontes de financiamento e outros elementos que influenciam direta e indiretamente no ambiente em que o setor está inserido.

Grande parte das decisões tomadas relativas às atividades da empresa é baseada em orientações obtidas do setor contábil, capazes de evitar riscos, promover a expansão ou até mesmo levar a empresa à falência. Cabe ao contador o profundo conhecimento da estrutura básica orientadora da profissão contábil e o acompanhamento da nova direção que a contabilidade e o profissional vêm seguindo diante dos desafios surgidos. Contudo, o contador deve analisar e divulgar informações de acordo com a regulamentação da região e a evolução da mesma decorrente dos acontecimentos econômicos, cumprindo, ao mesmo tempo, exigências fiscais e integrando o sistema de informação das empresas.

O Brasil entrou para o processo de padronização contábil com a Criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Resolução 1.055 de 2005 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, a junção das vontades dos que representam os usuários da informação contábil, a Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto – ABRASCA, a APIMEC Nacional, a Bolsa de Valores de São Paulo, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, unidos pela meta de publicar pronunciamentos técnicos legitimadores da introdução das IFRS na contabilidade brasileira (PEREIRA, 2013).

Toda a transformação da economia atinge de forma direta a contabilidade, ao passo que na busca pela internacionalização de mercados essa ciência vem passando por alterações e um grande desafio é o a convergência às normas internacionais a nível mundial. O Brasil, claramente influenciado pela legislação vigente no país, adota desde 2008 e efetivamente desde 2010, medidas que o direcionam para essa harmonização.

De acordo com Paganotto; Rossoni; Ribeiro (2007, p. 104):

O diferencial em qualquer empresa contábil dependerá substancialmente da educação continuada, buscada por meio de cursos de pós-graduação, participação em palestras, seminários e outros cursos. Além do contador, é de suma importância que seus funcionários e colaboradores estejam também em constante aprendizado sobre a Contabilidade, ampliando o leque de possibilidades para prestar informações ao cliente, o que subsidiará o fortalecimento da empresa de serviços contábeis em relação à concorrência.

Portanto, nesse sentido o contador tem o dever de estar constantemente atualizado e atento às mudanças na Contabilidade atendendo adequadamente às obrigações, princípios e normas Contábeis. Neste trabalho abordaremos as principais alterações ocorridas com a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e a Resolução CFC nº 1.282/10, um breve relato sobre organismos que fazem parte dessas alterações e o impacto delas na visão dos contadores das empresas de laticínio da cidade de Sousa.

1.1 Delimitação do Tema e Problemática

Sá (2002, p.46) define a Contabilidade como “a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com a realidade, evidências e comportamento dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

“O objeto da Contabilidade é, pois, o patrimônio, e em torno dele se desenvolvem suas funções, como meio para atingir sua finalidade”. (FRANCO, 1983 apud PAGANOTTO; ROSSONI; RIBEIRO, 2007, p. 99)

“A função fundamental da contabilidade têm permanecido inalterada desde os seus primórdios, sendo sua finalidade prover os usuários de demonstrações financeiras com informações que os ajudarão a tomar decisões”. (IUDÍCIBUS, 1995 apud OLIVEIRA; LEMES, 2010, p. 156)

A contabilidade como ciência direcionada a pesquisa de fenômenos que afetam o patrimônio da entidade, influenciando no processo de tomada de decisões, sofre mudanças em suas regulamentações e técnicas à medida que surgem novos acontecimentos econômicos e as empresas crescem e emitem um número cada vez maior de informações. Para Sá (2002) as teorias de contabilidade são enriquecidas pela busca de um corpo de doutrina consistente.

Em meio ao cenário de mudanças pelo qual a contabilidade passou, o problema a ser enfocado é: Qual a percepção dos contadores das empresas de laticínio da cidade de Sousa acerca das alterações na normatização contábil?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a visão dos contadores das empresas de laticínio da cidade de Sousa – Paraíba, acerca das alterações na normatização contábil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais alterações nas normas e princípios da contabilidade ocorridas entre 2008 e 2013;
- Investigar a visão do contador das empresas de laticínios da cidade de Sousa sobre as mudanças na legislação contábil.

1.3 Justificativa

O leite está entre os seis produtos mais importantes da agropecuária brasileira, ficando à frente de produtos tradicionais como café beneficiado e arroz. O Agronegócio do Leite e seus derivados desempenham um papel relevante no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população (VILELA, 2002).

De acordo com o que foi divulgado pelo SEBRAE (2013) em seu site, a produção de derivados do leite foi incentivada por investimentos do governo estadual da Paraíba na compra do leite da vaca. No período de sete anos de investimentos, produtores de lácteos de micro e pequenas empresas direcionam a produção para a melhoria de seus produtos. Dados fornecidos pelo presidente do Sindicato dos Produtores Lácteos da Paraíba (SINDILEITE - PB), Pedro Martins, também disponível no site do SEBRAE apontam que no mesmo período houve um aumento em 60% na oferta desses produtos. O Projeto Fazenda Eficiente, foi um dos motivos que impulsionou esse aumento e de acordo com o site oficial (fazendaeficiente.com.br), em 2003, quando foi criado, “o projeto fora aplicado a propriedades leiteiras no sertão paraibano, mais especificamente na região de Sousa em parceria com o escritório do SEBRAE local, onde o objetivo foi o de inserir uma nova metodologia no conceito de produção intensiva de leite, com enfoque tanto produtivo quanto gerencial, baseado na assistência técnica direta nas propriedades”. Atualmente, graças aos

excelentes resultados, o projeto Fazenda Eficiente abrange outros municípios do território paraibano, além de outros estados.

A posição que as empresas de laticínio vêm assumindo no mercado nos últimos anos e a contribuição direta para o desenvolvimento social da região, especificamente na cidade de Sousa em virtude da geração de emprego, torna essas empresas alvo de estudos e pesquisas pela gama de informações resultantes de suas atividades. O contador, por trabalhar com grande parte dessas informações, tem a responsabilidade de estar sempre por dentro das mudanças de tudo o que diz respeito ao cenário econômico.

Para Nasi apud Freitas (2010, p. 3):

O contador deve estar no centro e na liderança do processo, pois do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com outras áreas da empresa. Para tanto não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais, inteirando-se do que aconteça ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no seu país, no mundo. O contador deve ter um comportamento ético-profissional inquestionável. O contador deve participar de eventos destinados a sua permanente atualização profissional (educação continuada).

A economia brasileira, aberta e inserida no processo de globalização, caracteriza-se atualmente pela sua força e solidez, atraindo investidores e permitindo ao país ocupar posição vantajosa no cenário econômico mundial refletindo diretamente na necessidade de adaptar a contabilidade brasileira à realidade das negociações em nível internacional. A Contabilidade brasileira vem passando por uma fase de mudanças significantes, merecendo destaque o período da criação do CPC e a aprovação de Leis, como a de nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007, e a de nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Ao contador pertence o desafio de entender e se adaptar à aplicação dessas novas normas e alterações nos padrões contábeis, até então em vigor no Brasil.

O trabalho se justifica pela importância do tema acerca das alterações nas normas e princípios contábeis no cenário nacional, tendo em vista a necessidade de pesquisas e estudos no país nos últimos anos.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Para responder a questão de pesquisa foram adotadas duas etapas. Na primeira, identificam-se as alterações nas normas e princípios ocorridas entre 2008 e 2013. Na

segunda, a visão dos contadores das empresas de laticínio, da cidade de Sousa – PB, diante dessas alterações.

Para Prodanov (2013) pesquisa é o complexo de procedimentos, dispostos a achar a solução de um problema, fundamentando-se em procedimentos racionais e sistemáticos. Efetua-se a pesquisa quando se tem o problema, mas as informações para solucioná-lo são desconhecidas.

1.4.1 Quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos, classifica-se por levantamento, uma vez que, os contadores das empresas de laticínio da cidade de Sousa foram estudados mediante questionário elaborado. Para Kauark; Manhães; Medeiros (2010) a pesquisa de Levantamento engloba o interrogatório direto de pessoas de quem se ambiciona ter informações.

Segundo Gil (1989, p. 76), as pesquisas de levantamento:

Se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

1.4.2 Quanto à abordagem

Quanto à abordagem, classifica-se como qualitativa tendo em vista que primeiro as informações foram obtidas para posteriormente solucionar o problema estudado.

A pesquisa qualitativa, descritiva, assume a existência de uma conexão ativa entre o mundo real e o sujeito, ou seja, uma forte ligação entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não se pode interpretar na forma numérica. O entendimento dos fenômenos e a concessão de significados são fundamentais no desenvolvimento da pesquisa qualitativa. Métodos e técnicas estatísticas não são utilizados. O fornecedor intermediário para coleta de dados é o ambiente natural e o pesquisador é o meio essencial para realizar a coleta. A tendência dos pesquisadores volta-se a análise dos dados de maneira indutiva. Os focos principais de abordagem são o processo e seu significado (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Para Gil (1989) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de uma população definida ou fenômeno ou a prescrição das relações entre

as variáveis. Muitos estudos classificam-se como pesquisa qualitativa, sendo o uso padrão de técnicas para coletar dados uma de suas características mais significantes.

Também se classifica como quantitativa, pois conforme Kauark; Manhães; Medeiros (2010) esse tipo de pesquisa engloba o que pode ser quantificável, exprimindo numericamente opiniões e informações para serem classificadas e analisadas, solicitando a utilização de recursos e técnicas estatísticas.

1.4.3 Quanto aos fins

Caracteriza-se como sendo de natureza exploratória por envolver levantamento bibliográfico. Prondanov; Freitas (2013) afirmam que a pesquisa bibliográfica é elaborada por meio de materiais já publicados, como livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet etc., onde o pesquisador mantém o contato direto com todo o material já escrito sobre o assunto, atentando para a veracidade do que foi obtido.

A Pesquisa Exploratória tem por fim produzir, elucidar e alterar a opinião e o conhecimento, no propósito de elaborar problemas mais claros ou hipóteses com maior grau investigativo, para estudos que surgirão depois. Entre os tipos de pesquisa existentes, a exploratória apresenta o planejamento menos rigoroso. Normalmente, abrange levantamento bibliográfico ou documental; entrevista que não apresenta padrão e Estudo de Caso. As formas mais adotadas são a Pesquisa Bibliográfica e o Estudo de Caso (GIL, 1989).

1.4.4 Universo da pesquisa e amostra

A população dessa pesquisa é relacionada às indústrias em atividade no ramo de laticínio em Sousa-PB. O universo da pesquisa é composto por quatro contadores destas empresas, sendo que obteve-se respostas de apenas três. Os dados foram obtidos junto à Coletoria Estadual de Sousa, que respondeu ao requerimento solicitado por esta pesquisa, informando o quantitativo de empresas neste segmento.

O universo corresponde ao conjunto integral de indivíduos do campo de interesse da pesquisa, na finalidade de extrair conclusões do fenômeno examinado (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Universo ou população é a reunião das partes que constitui um todo e que apresentam características definidas. Habitualmente o termo população é empregado para mencionar o total de habitantes de um lugar determinado. Estatisticamente falando, podemos associar à população, por exemplo, o conjunto de alunos matriculados numa escola, os operários filiados a um sindicato, todos os integrantes de um rebanho de determinada localidade, todas as indústrias de uma cidade, a produção total de televisores de uma fábrica etc. (GIL, 1989).

1.4.5 Coleta e Análise dos Resultados

Para a coleta dos dados, o instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário estruturado com perguntas objetivas, elaborado com suporte na literatura consultada, com o intuito de investigar os aspectos relacionados ao problema de pesquisa. Conforme Gil (1989), o questionário está entre as técnicas mais importantes à disposição do alcance dos dados em pesquisas sociais.

O questionário consiste numa série de perguntas ordenadas, em uma linguagem simples e direta, devendo ser objetivo, para coletar dados obtidos de forma escrita pelo informante. Quando confeccionado pelo pesquisador, o preenchimento será feito pelo informante ou respondente. A natureza da pesquisa, a importância e a necessidade das respostas devem estar explícitas e acompanhar o questionário na finalidade de despertar o interesse do informante (PRONDANOV; FREITAS, 2013).

1.4.6 Tratamento dos dados

Os dados contidos neste trabalho foram tratados de maneira qualitativa, através de um questionário elaborado. Na primeira parte do questionário aplicado as perguntas definiam características do perfil dos contadores e das empresas de laticínio, na segunda parte as perguntas foram direcionadas a atingir, como produto dessa pesquisa, um entendimento da visão dos contadores das empresas de laticínio da cidade de Sousa acerca das alterações nas normas e princípios contábeis no período de 2008 a 2013.

De acordo com Gil (1989, p. 164):

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas. À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já

existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa.

Nesse direcionamento, por meio da aplicação do questionário, o leitor terá conhecimento do conteúdo do referencial teórico com clareza e objetividade, favorecendo o aumento de seus conhecimentos em relação ao que foi explicado e expresso pelo uso de tabelas e percentuais expostos de acordo com o resultado obtido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

Registros históricos apontam o surgimento da contabilidade anterior ao surgimento da escrita. Desde o início da civilização, o ser humano sentia a necessidade de controlar o patrimônio, e as técnicas usadas para tanto são aprimoradas de acordo com a evolução da civilização. A Contabilidade é a ciência social caracterizada como instrumento que fornece informações para a tomada de decisões de seus usuários, internos ou externos.

Para HENDRIKSEN; BREDA (1999) a contabilidade é ciência controladora do patrimônio por meio da representação gráfica, evidenciação de suas variações, estabelecimento de normas direcionadas a explicação, exame, auditoria e suporte base à tomada de decisões dos setores comprometidos com a empresa de forma direta ou indireta. Acrescentando ao conceito de contabilidade, NEVES; VICECONTI (2004) afirmam que essa ciência apura o resultado e presta informações aos interessados em avaliar a situação patrimonial e o desempenho das empresas. Ainda nesse sentido, para MARION (2008) o governo tornou a contabilidade obrigatória usando-a para arrecadação de impostos.

O conceito de contabilidade, para todos os autores é semelhante quanto aos aspectos, inclusive no que diz respeito às informações e seus vários usuários. Conforme IUDÍCIBUS (2006) podemos sintetizar o objetivo básico da contabilidade ao fornecimento de informações econômicas para diversos usuários capazes de propagar decisões racionais.

“A história recente da contabilidade no Brasil teve início na década de 1970, após a implementação de leis específicas voltadas para a reforma bancária e para o fortalecimento do mercado de capitais” (NIYAMA, 2009, p.79).

Os princípios e as práticas adotados na contabilidade apresentam, na maioria das vezes, diferenças de um país para outro. No Brasil, a contabilidade é fortemente arraigada à legislação vigente no país, mas a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e logo após a alteração em suas normas nos anos de 2007 e 2009 marcaram o início do processo de harmonização dos padrões contábeis, estendendo às empresas. A profissão contábil no Brasil continua seu processo de desenvolvimento, agora em grau mais elevado devido à rapidez com que essas mudanças ocorreram e o impacto provocado por elas. A harmonização no setor contábil brasileiro é evidente tanto pela estrutura das demonstrações que estão seguindo as normas internacionais, como pelo tratamento contábil de certos itens.

2.1.1 Entidades Reguladoras da Contabilidade

A contabilidade no contexto mundial, assume cada vez mais a sua importância, desempenhando o papel de ciência determinante no mundo dos negócios, uma vez que assume a sua finalidade.

Para normatizar a ciência contábil, existem entidades reguladoras, tanto no âmbito internacional, quanto nacional.

2.1.1.1. Financial Accounting Standards Board

“O FASB é uma entidade privada, sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver os *Generally Accepted Accounting Principles* (Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos) nos Estados Unidos” (NIYAMA, 2009, p.62).

A criação do *Financial Accounting Standards Board* – FASB, responsável pela emissão das normas contábeis dos Estados Unidos, constituiu um dos impulsos que levaram a evolução da contabilidade no país. No campo da pesquisa, os Estados Unidos são destaque e continuam investindo em pesquisas através dos seus diversos órgãos. Ainda sobre a entidade, NIYAMA (2009) afirma que enquanto o FASB normatiza, o IASB elabora e publica as normas de forma flexível.

Segundo Hendriksen; Van Breda (1999, p. 64), a missão principal do FASB é “estabelecer e aperfeiçoar padrões de contabilidade financeira e divulgação para orientação e educação do público, incluindo produtores de informação, auditores e usuários de informações financeiras”.

Para IUDÍCIBUS (2009), o FASB, mesmo essencial, não se sustenta como suporte exclusivo da contabilidade, visto que busca o auxílio universitário e acadêmico, assim gradativamente, constrói uma base científica de princípios contábeis.

A contabilidade americana tem como sustentáculo, além dos elementos políticos e econômicos, as pesquisas e trabalhos relevantes dos órgãos associativos e pesquisadores da área, resultando no avanço da teoria e das práticas contábeis, isso explica o grande número de obras contábeis norte-americanas. O Brasil foi influenciado pela Escola Italiana, inicialmente, e pela Escola Americana, base para formação da Lei das Sociedades Por Ações.

2.1.1.2. *International Accounting Standards Committee*

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p. 159), o International Accounting Standards Committee – IASC:

Foi criado em 1973 por representantes das associações profissionais da maioria dos países desenvolvidos, tendo-se expandido a ponto de hoje representar praticamente toda a comunidade internacional. A obediência a esses padrões é limitada à aceitação voluntária dos padrões pelas associações profissionais e por outras organizações e órgãos governamentais dos países apresentados.

“O *International Accounting Standards Board* (IASB) é o organismo internacional que elabora as normas internacionais de contabilidade as quais são utilizadas por mais de 100 países do mundo” (COSTA; THEÓFILO; YAMAMOTO, 2012, p. 111).

Segundo Niyama (2009, p. 33):

O IASB é um órgão independente, do setor privado, para o estudo de padrões contábeis, com sede em Londres, Reino Unido. É formado por um Conselho de Membros, constituído por representantes de mais de 140 entidades de classe de todo o mundo, inclusive do Brasil, representado pelo IBRACON e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Organismo privado sediado em Londres, criado em 1973, antes denominado International Accounting Standards Committee – IASC foi renomeado para International Accounting Standards Board – IASB em 2001, assumindo as mesmas responsabilidades técnicas. O IASB estuda, produz e emite normas de padrões internacionais de contabilidade, assim como fomenta a sua aprovação e cumprimento a nível mundial.

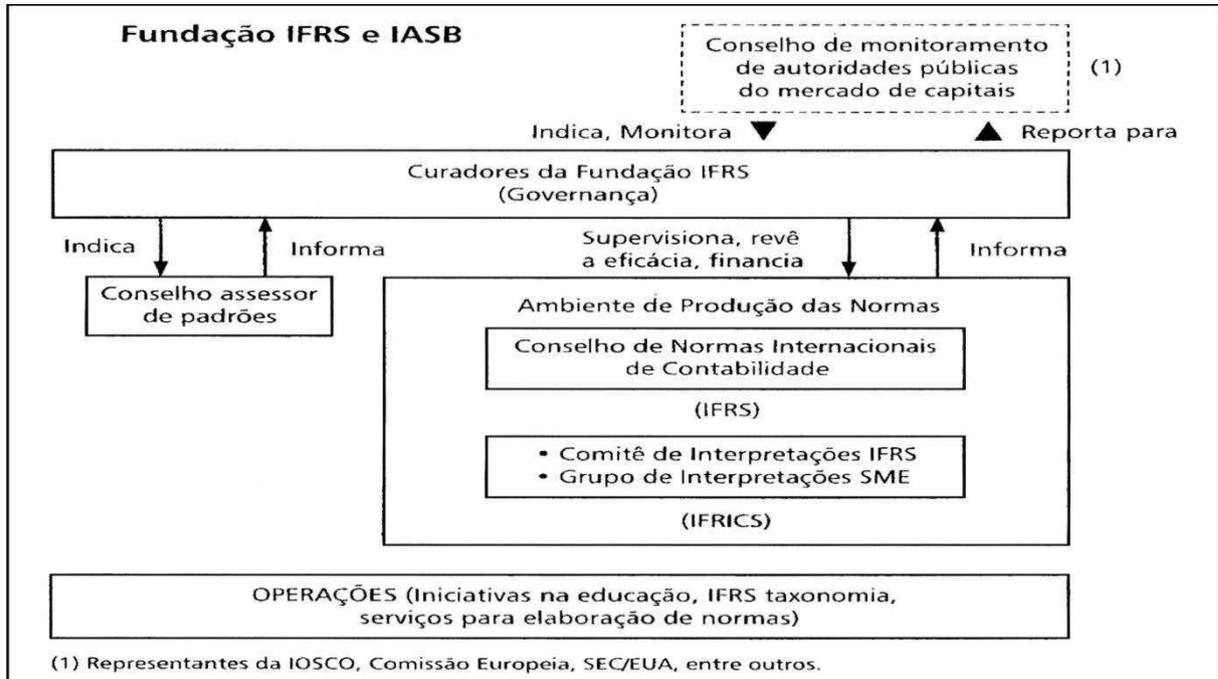
Ainda sobre o IASB, Niyama (2009, p. 33) afirma que:

Um dos principais benefícios pretendidos pelo IASB é de que seja possível a comparação das informações contábeis produzidas pelas empresas situadas em países distintos, permitindo, assim, a compreensão e a interpretação dos dados gerados por entidades de diferentes economias e tradições. As críticas ao processo de harmonização conduzido pelo IASB referem-se às questões de soberania nacional, politização da Contabilidade e sobrecarga de normas.

O IASB buscou na padronização uma maneira de atender aos interesses de profissionais contábeis de todo e qualquer país, independentemente da cultura econômica imposta pelo país ou região onde esteja situada a empresa. Embora seja uma forma de integrar a contabilidade a nível internacional, essa harmonização provoca a imposição de alguns países e o excesso de normas. O órgão, atualmente, é fundamental para a origem de direcionamentos dos reguladores brasileiros. Segundo IUDÍCIBUS (2009), a adesão do

Brasil à internacionalização das normas contábeis do IASB é recente, a datar dos anos 90, constituindo sentença de cunho político.

Figura 1–Estrutura do IASB.



Fonte: NIYAMA; SILVA, 2009, p.39.

O IASB é constituído pelos curadores, colegiado de interpretações e do conselho assessor de padrões. Os 22 curadores são encarregados de comandar o IASB, garantindo que as condições de funcionamento serão cumpridas, além de nomear o comitê de interpretações, o conselho assessor de padrões e os 16 membros do colegiado, devendo estes ser possuidores de profundo conhecimento técnico e experientes no mercado e em negociações internacionais contribuindo com o progresso da excelência das normas contábeis internacionais. O comitê de interpretações é formado por 14 membros, encarregados de: interpretar a utilização das normas internacionais dentro da estrutura do IASB e exercer atividades solicitadas pelo comitê; divulgar partes interpretadas sobre a aplicação das normas internacionais na finalidade de conseguir opiniões públicas e analisá-las antes que a interpretação seja finalizada; e deixar o colegiado ciente das informações e alcançar a aprovação para finalizar as interpretações. O conselho assessor de padrões reúne 30 membros de históricos geográficos e profissionais diversificados, no objetivo de: recomendar o comitê ou os curadores, e o colegiado a respeito das determinações na agenda e prioridades do trabalho; e conservar o conhecimento do colegiado no que diz respeito às expectativas das organizações e membros do conselho em relação aos principais projetos ligados à instituição das normas.

As normas Internacionais de contabilidade, ou *Standard International Financial Reporting* – IFRS em língua inglesa, são publicadas e atualizadas pelo IASB. As normas contábeis internacionais, admitidas por vários mercados relevantes, passaram a mudar a maneira de emissão das demonstrações financeiras das empresas brasileiras.

2.1.1.3 Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas internacionais

O artigo 3º da Resolução CFC nº 1.055/05 define como objetivo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC):

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Para Giroto (2007, p. 7), um dos feitos que produziu mais resultado no processo de convergência “consiste na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)”.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, foi criado em 2005, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da Resolução CFC nº 1.055, com a função e autoridade para elaborar os pronunciamentos contábeis brasileiros de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

De acordo com Costa; Theóphilo; Yamamoto (2010, p. 119), “o CPC, ao traduzir as normas do IASB, não permitiu que qualquer procedimento requerido pelo organismo internacional estivesse em desacordo com a legislação brasileira”.

O CPC reproduz a proporção do alcance de avanços importantes no rumo da atualização e modernização das normas e doutrinas contábeis, inovando no tratamento de assuntos regulamentares, reunindo representantes da área privada, do âmbito acadêmico e do setor governamental.

A composição do CPC se dá pelos representantes das seguintes instituições: Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA; Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC NACIONAL; Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA; Conselho Federal de Contabilidade - CFC; Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI; e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON. Também foram solicitados representantes do Conselho Monetário Nacional - CMN, da Comissão de Valores Mobiliários

- CVM, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da Receita Federal do Brasil, da Confederação Nacional da Indústria - CNI e da Federação Brasileira dos Bancos - FEBRABRAN. Membros do CPC têm direito à voz e voto, já os convidados só têm direito à voz. Entre os anos de 2007 e 2011, membros do CFC promoveram encontros mensais para elaboração de sessenta e cinco documentos que tomaram como base as Leis 11.638/07 e 11.941/09 e principalmente, as normas emitidas pelo IASB.

De acordo com o site oficial da Associação Brasileira das Companhias Abertas (www.abrasca.org.br), a ABRASCA, criada em setembro de 1971, tem como missão principal “a defesa, em sua atuação conjunta, das posições da companhia aberta, como a face moderna da economia brasileira, junto aos centros de decisão e à opinião pública” e como princípio maior “o aprimoramento das práticas de política e de administração empresarial, em especial e com abrangência, no que se refere ao mercado de capitais, base estrutural de uma economia moderna e participativa”.

A ABRASCA, organização civil, sem fins lucrativos, tem a missão de defender a atuação das companhias abertas juntamente com os centros de decisão e o parecer público, produzindo uma atividade direcionada ao estudo, pesquisa, divulgação e debate que apresenta harmonia com os seus objetivos, promovendo eventos no país e no exterior e incentivando a troca de informações, experiências e técnicas entre as empresas associadas, tomando parte em todos os assuntos que abrangem o mercado de capitais. Entre a organização também se encontra constantemente interessada no progresso da organização do mercado de capitais e na difusão de informações a respeito dos títulos principais, como por exemplo, ações, debêntures. O princípio maior da entidade consiste em aperfeiçoar as práticas de política e de administração empresarial no que está relacionado ao mercado de capitais. Entre as associados, estão empresas de destaque do País. A Direção cabe ao Conselho Diretor, representante das associadas, e é função deste eleger a Diretoria.

A Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC NACIONAL, segundo o seu site oficial (www.apimec.com.br), “foi criada em junho de 1988, com a finalidade de congregiar todas as APIMECS Regionais - Distrito Federal, Minas Gerais, Nordeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Sul” e “funciona como uma confederação das APIMECS e concentra suas atividades na certificação dos profissionais, representação política institucional frente ao governo e entidades representativas congêneres do mercado, no intercâmbio internacional com outras confederações de profissionais.

Os associados à APIMEC NACIONAL são profissionais com nível superior em Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Direito, Economia ou Engenharia atuantes em instituições financeiras, *asset management companies*, seguradoras, fundos de pensão e empresas de consultoria. Na generalidade, são analistas de valores mobiliários, administradores de portfolio, analistas de *project finance*, gerentes de *corporate finance*, gerentes de *underwriting* de renda fixa e variável, *business planning* e profissionais de direção das instituições onde atuam. A associação exerce a função de coligar as APIMECS Regionais voltando suas atividades para a certificação dos profissionais, exposição da política institucional diante do governo e entidades representativas congêneres do mercado, no intercâmbio internacional com outras confederações de profissionais através do estudo e pesquisa objetivando a capacitação profissional e o desenvolvimento do mercado de capitais.

Segundo o site oficial a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br):

É uma companhia que administra mercados organizados de títulos, valores mobiliários e contratos derivativos, além de prestar serviços de registro, compensação e liquidação, atuando, principalmente, como contraparte central garantidora da liquidação financeira das operações realizadas em seus ambientes.

Criada em 2008, a BM&FBOVESPA, companhia de capital brasileiro, localizada na cidade de São Paulo, dedica-se à oferta de uma série de produtos e serviços, como negociação de ações, títulos de renda fixa, câmbio pronto e contratos derivativos referenciados em ações, ativos financeiros, índices, taxas, mercadorias, moedas, entre outros; listagem de empresas e outros emissores de valores mobiliários; depositária de ativos; empréstimo de títulos; e licença de softwares. A sua plataforma está entre as mais avançadas e modernas do mundo, chegando a processar dez milhões de negociações ao dia de forma segura, eficiente e transparente.

Niyama (2005, p. 13) tem a seguinte opinião a respeito das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) editadas pelo CFC: “os documentos editados pelo CFC ainda não possuem autoridade substantiva, para serem compulsoriamente adotados pelas empresas”.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC foi criado em 27 de maio de 1946 pelo Decreto-Lei nº 9.295. Sua estrutura, organização e funcionamento são ordenados pelo Decreto Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 960/03. Trata-se de uma Autarquia Especial Cooperativa, dotada de personalidade jurídica de direito público. Entre as finalidades, estabelecidas pelos termos da legislação vigente, destaca-se a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício do profissional contábil, com intervenção dos Conselhos

Regionais de Contabilidade - CRC; decidir recursos de penalidades determinadas pelos Conselhos Regionais, regular com base nos princípios contábeis, no cadastro de qualificação técnica e nos programas de educação continuada, e também editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional. O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, visou ratificar a necessidade da padronização das normas no Brasil.

A criação, em 1974, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, segundo seu site oficial (www.fipecafi.org) representou “uma atuação pioneira que contribui para a evolução na forma de se fazer Contabilidade no Brasil”.

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI é um órgão formado por professores do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA da Universidade de São Paulo – USP, criado em 1974, cujos projetos enriqueceram o campo Contábil, Atuarial e Financeiro brasileiro.

“Por delegação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) é o órgão responsável por estabelecer as normas contábeis a serem seguidas pela profissão” (SOUZA, 2007, p.82).

Segundo o site oficial (www.ibracon.com.br) o instituto:

Participou e participa no processo de convergência de normas internacionais em todos os seus estágios, inclusive na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e no desenvolvimento de seus trabalhos.

Constituído em dezembro de 1971, através da junção do Instituto dos Contadores Públicos do Brasil - ICPB e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes - IBAI, o Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON capaz de representar a profissão buscando o fortalecimento na profissão no país e das estruturas de mercado.

De acordo com artigo 2º da Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964, o Conselho Monetário Nacional – CMN foi criado em substituição ao extinto Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito “com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País”.

Segundo o site oficial do Banco Central do Brasil – BCB (www.bcb.gov.br), dentre as funções do CMN estão:

Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do

balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, tem a responsabilidade de expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional – SFN. São integrantes do CMN: o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil.

Conforme o site oficial da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), “a CVM tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado”.

O poder normatizador da CVM envolve tudo o que se reporta ao mercado de valores mobiliários. A CVM zela pela regularidade e confiabilidade das informações divulgadas pelas companhias normatizando e acompanhando a padronização.

“A SUSEP é o órgão governamental de atuação colegiada e competência normativa responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguros” (SOUZA, 2007, p.41).

No site oficial da SUSEP (www.susep.gov.br) o órgão é apresentado como:

Responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, tem a responsabilidade de autorizar, controlar e fiscalizar os mercados de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros no país. Fiscalizando seguros privados e também os públicos obrigatórios, como por exemplo, o DPVAT.

Segundo o site oficial da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br):

A Secretaria da Receita Federal do Brasil é um órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Fazenda, exercendo funções essenciais para que o Estado possa cumprir seus objetivos. É responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Também subsidia o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, previne e combate a sonegação fiscal, o contrabando, o descaminho, a pirataria, a fraude comercial, o tráfico de drogas e de animais em extinção e outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB foi criada a partir da fusão entre a Secretaria da Receita Federal - SRF e a Secretaria da Receita Previdenciária – SRP mediante a lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

No site oficial da Confederação Nacional da Indústria (www.cni.org.br), a missão da CNI é “defender e representar a indústria na promoção de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do Brasil”.

A CNI é a instituição representante da indústria brasileira, setor que responde por uma boa parcela da economia do país. Atua de forma positiva resguardando os interesses do setor produtivo, com a missão de dar auxílio e representar a indústria.

A Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABRAN, em seu site oficial (www.febraban.org.br), está definida como:

A principal entidade representativa do setor bancário brasileiro. Foi fundada em 1967, na cidade de São Paulo, com o compromisso de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.

A FEBRABRAN, fundada em novembro de 1967, objetiva representar seus associados em todas as esferas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e entidades representativas da sociedade visando aprimorar o sistema normativo, prolongar a melhoria da produção e reduzir os níveis de risco, além de agregar valor que impulse o intenso alcance da população no que diz respeito aos serviços e produtos financeiros.

2.2. Alterações nas Normas e Princípios Contábeis

2.2.1. Alterações na Resolução CFC nº 750/93

Conforme o Art. 3º, da Resolução CFC nº 750/93 são Princípios de Contabilidade: (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

- A) o da ENTIDADE;
- B) o da CONTINUIDADE;
- C) o da OPORTUNIDADE;
- D) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- E) o da COMPETÊNCIA; e

F) o da PRUDÊNCIA.

Na Resolução CFC nº 1.282/10, os Princípios Fundamentais de Contabilidade - PFC, assim tratados na Resolução CFC nº 750/93, passaram a ser denominados de Princípios de Contabilidade – PC. Por ser obrigatório atender aos princípios contábeis, o risco do não cumprimento são penalidades que podem acarretar até mesmo o desligamento do profissional às atividades relacionadas à contabilidade.

De acordo com Souza (2012, p.26):

Em decorrência da busca da imagem fiel ou da visão verdadeira e justa das demonstrações contábeis, são necessários sistemas normativos adequados e relacionados com essas premissas, sendo respectivamente vinculados: o sistema baseado eminentemente em regras detalhadas e específicas e o sistema baseado em princípios.

No Princípio da Entidade o Patrimônio é reconhecido como objeto da contabilidade e a autonomia patrimonial é assegurada, conveniente para diferenciar um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, mesmo sendo este pertencente a uma pessoa, conjunto de pessoas, sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Conseqüentemente, neste entendimento é possível distinguir o Patrimônio objeto da contabilidade do Patrimônio dos seus sócios ou proprietários em se tratando de sociedade ou instituição.

O Princípio da Continuidade leva a entender que a Entidade continuará operando futuramente, logo, a mensuração e a apresentação das partes constituintes do patrimônio levam em conta este conceito.

O Princípio da Oportunidade diz respeito ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais como produtores de informações íntegras e tempestivas.

O Princípio do Registro pelo Valor Original estabelece que as partes constituintes do patrimônio devem, a princípio, ser registrados pelos valores originais das transações, manifesto em moeda nacional.

O Princípio da Competência fixa que devem ser reconhecidos, nos períodos a que pertencem, os efeitos das transações e os efeitos de outros eventos mesmo sem ter sido efetuado o recebimento ou o pagamento.

O Princípio da Prudência considera o emprego de determinado grau de precaução no exercício dos exames fundamentais às avaliações em determinadas situações de incerteza, na direção de que não superestime ativos e receitas e que não subestime passivos e

despesas, conferindo uma confiabilidade maior ao processo de mensuração e apresentação das partes constituintes do patrimônio.

2.2.2. Alterações na Legislação Societária

Pelo disposto na Lei nº 11.638/07 em seu Art. 177, § 6º, a adoção das normas decretadas pela CVM para as companhias abertas é facultativa às companhias fechadas como oportunidade de enquadramento das mesmas no processo de convergência contábil.

A Lei nº 11.638/07 introduziu modificações importantes na Lei nº 6.404/76, direcionada às normas internacionais, suprimindo certas regras que interrompiam que as normas fossem adotadas, além de ter em vista a exclusão de entraves que complicavam a participação de companhias brasileiras no mercado internacional, atraindo para o país capital estrangeiro e investimentos (ROSA; FARIA, 2010).

Os eventos considerados na Lei nº 11.638/07, influentes nas demonstrações das companhias do próximo exercício e a estimativa, se possível, de seus efeitos no patrimônio e no resultado de 2007 ou o grau de relevância sobre as demonstrações de 2008 deverão ser divulgados pelas companhias em nota explicativa junto às suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, em virtude da relevância das alterações causadas pela nova Lei (IUDÍCIBUS, 2009).

A Lei nº 6.404, decretada em 15 de dezembro de 1976, pelo Presidente da República Ernesto Geisel, surgiu para dar agilidade ao desenvolvimento corporativo das Sociedades Anônimas regulando criteriosamente as transformações da companhia, as ligações entre acionistas e a divulgação transparente e objetivados resultados. Em 28 de dezembro de 2007, a Lei nº 11.638 foi sancionada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, trazendo alterações e revogações na lei societária para a harmonização e modernização da elaboração e divulgação das demonstrações financeiras voltadas às práticas contábeis internacionais. Estão submetidas ao disposto na Lei nº 11.638 as sociedades por ações, de capital aberto ou fechado e as sociedades de grande porte que tiveram no exercício social anterior total do ativo superior a 240 milhões de reais, ou receita bruta anual superior a 300 milhões de reais. As outras sociedades, pequenas e médias empresas, estão sujeitas à NBC T 19.41 aprovada pelo CFC, através da sua Resolução nº 1.255/2009. A Lei nº 11.638 alterou os artigos 176 a 179, 181 a 184, 187, 188, 197, 199, 226 e 248 e as revogações nas alíneas c e d do § 1º do art. 182 e o § 2º do art. 187 da Lei nº 6.404. Trataremos de algumas dessas alterações a seguir.

Na Lei nº 11.638/07, o Ativo antes classificado como Ativo Permanente, passa a ser Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. Neste último estão registrados os subgrupos Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e o como subgrupo novo, o Intangível, que foi criado a partir dessa lei, no intuito de registrar as operações comerciais e novas aquisições de bens incorpóreos, como as contas de Marcas e Patentes, Concessões, Direitos Autorais e não Autorais, anteriormente registradas em outros grupos do Ativo Permanente. Ainda na Lei nº 11.638/07, a companhia aberta fica obrigada a efetuar em cada período a análise para verificação do grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido. Os grupos do Passivo foram reclassificados em Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

A Reavaliação de Ativos, desde 2008, não mais é permitida e os saldos existentes devem ser revertidos ou excluídos durante o exercício, não ocorrendo a reversão, o saldo entrará no balanço até que o bem seja diminuído, contudo não haverá acréscimos.

Sofreram alterações as reservas que tem relações com os incentivos fiscais, que não serão lançadas diretamente na conta de Reserva de Capital devendo, em primeiro lugar ser apurados no resultado. As reservas para incentivos fiscais contabilizadas anteriormente terão o saldo transferido para a nova Conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

Ocorreram alterações referentes às Demonstrações, como a não obrigatoriedade, a partir de 2008, da elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR que foi substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. Ao fim do exercício social as empresas deverão elaborar Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Fluxo de Caixa sem indicação dos valores referentes ao exercício anterior, e em caso de companhia aberta, Demonstração do Valor Adicionado que foi incluída no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária - AGO. Por exigência da CVM companhias abertas devem elaborar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no lugar da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa não é mais obrigatória para as companhias fechadas com Patrimônio Líquido inferior a R\$ 2 milhões e as demonstrações financeiras das sociedades de grande porte deverão ser auditadas.

Com a Lei nº 11.638/07, às companhias abertas ficou a alternativa de adotar na sua escrituração mercantil as disposições da Lei Tributária, contanto que, após a apuração do lucro base para tributação, os ajustes essenciais para que as demonstrações financeiras estivessem de acordo com a Lei das S/A e os princípios contábeis fundamentais fossem

feitos, inclusive essas demonstrações deveriam ser objeto de auditoria por auditor independente com registro na CVM. Ao serem realizados por partes não relacionadas e estiverem vinculados à efetiva transferência de controle na incorporação, fusão ou cisão, todos ativos e passivos deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado. O padrão para avaliação de coligadas foi alterado pelo método da equivalência patrimonial e aplicado a todas as coligadas onde a investidora exerça significativa relevância. A criação da reserva de capitais que visa a possibilidade das companhias abertas registrarem as doações e as subvenções para investimento no resultado do exercício, exatamente como nas normas internacionais.

As Depreciações antes estimadas nas taxas fiscais, com a Lei nº 11.638, passaram a ser estimadas na vida útil do bem adquirido. Todavia, no CPC não há pronunciamento algum sobre necessidade de reajustar a depreciação contabilizada em exercícios anteriores.

2.2.3. Alterações na Medida Provisória 449/08

De acordo com Boni (2013, p.21):

Entre 2007 e 2010 com a publicação da Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e com a publicação dos diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo CPC (www.cpc.org.br), foi concluída a convergência da contabilidade societária brasileira para as normas contábeis internacionais, além de confirmar a neutralidade fiscal para os ajustes em função da adoção.

A Medida Provisória 449/08, atualmente convergida na Lei nº 11.941/09, excluiu do balanço o grupo do Ativo Diferido, e os saldos classificados em suas contas obrigatoriamente zerados. Parte das despesas pré-operacionais classificadas no grupo do Ativo Diferido passará para o Imobilizado e alguns gastos com desenvolvimento poderão ser reclassificados para o grupo do Intangível. Com a Lei nº 11.941/09 o Patrimônio Líquido passou a ser dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

Novos requisitos para a classificação e avaliação das aplicações em instrumentos financeiros foram determinados pela nova lei e ainda o conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. O Regime Tributário de Transição – RTT foi instituído pela Lei nº 11.941/09 no intuito de anular os efeitos tributários gerados pelas novas normas contábeis.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este tópico demonstra os resultados alcançados na pesquisa, por meio das informações provenientes de um questionário preenchido pelos contadores das indústrias de laticínios da cidade de Sousa. Os questionamentos buscam identificar as principais alterações nas normas e princípios da contabilidade que ocorreram entre 2008 e 2013 e investigar a concepção do contador das empresas de laticínios da cidade de Sousa sobre as mudanças na legislação contábil.

3.1. Perfil dos Contadores e das empresas de laticínios

1. Sexo dos contadores

SEXO	FREQUÊNCIA
Feminino	02
Masculino	01
Total	03

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A Tabela 1 expõe o sexo dos respondentes do questionário. Nota-se a predominância do sexo feminino.

2. Faixa etária dos contadores

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA
18-25	01
26-33	00
34-41	01
42-49	00
50-65	01
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A Tabela 2 mostra que cada um dos respondentes apresentou faixa etária diferente.

3. Grau de escolaridade dos contadores

GRAU DE ESCOLARIDADE	FREQUENCIA
Curso Técnico em Contabilidade	00
Curso Superior em Contabilidade	03
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

A Tabela 3 revela que todos os respondentes possuem o Curso Superior em Ciências Contábeis. Através do questionário, percebe-se que os profissionais respondentes possuem

qualificação especializada que os impulsiona à busca e ao acesso das alterações nas normas e princípios contábeis.

4. Tempo de atuação dos contadores na profissão contábil

TEMPO DE ATUAÇÃO NA PROFISSÃO CONTÁBIL	FREQUENCIA
01-05	01
06-10	00
11-15	01
16-20	00
21 ou mais	01
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Pela Tabela 4, nota-se que cada um dos contadores respondentes possui um tempo de atuação na profissão diferenciado.

5. Tempo de existência da empresa

TEMPO DE EXISTÊNCIA DA EMPRESA	FREQUENCIA
01-05	00
06-10	01
11-15	00
16-20	02
21 ou mais	00
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na Tabela 5 percebe-se que as duas das empresas em estudo estão inseridas no mercado em um período de tempo significativo, entre 16 e 20 anos de existência.

6. Número de funcionários

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	FREQUENCIA
01-10	00
11-20	01
21-30	00
31-40	00
41 ou mais	02
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Por meio da Tabela 6, percebe-se que as duas das empresas em estudo possuem uma quantidade igual ou superior a 41 funcionários, apenas uma delas possui entre 11 e 20 funcionários.

3.2. As alterações nas Normas e Princípios Contábeis

3.2.1. Entidades obrigadas a seguir as disposições da Lei nº 11.638/07

7. Entidades obrigadas a seguir as disposições da Lei nº 11.638/07

Entidades obrigadas a seguir as disposições da Lei nº 11.638/07	FREQUENCIA
Todas as empresas obrigadas a seguir a Lei das S/A, compreendendo não só as sociedades anônimas, como as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei nº 1.598/77	02
Todas as empresas obrigadas a seguir a Lei das S/A, compreendendo não só as sociedades anônimas, como as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei nº 1.598/77; incluindo também as empresas de pequeno porte.	00
Todas as empresas obrigadas a seguir a Lei das S/A, compreendendo não só as sociedades anônimas, como as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei nº 1.598/77; incluindo também as empresas de grande porte	01
Todas as empresas obrigadas a seguir a Lei das S/A, exceto as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei nº 1.598/77; incluindo também as empresas de grande porte.	00
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Apenas um contador respondeu a alternativa que abrange todas as empresas obrigadas a seguir as disposições da Lei nº 11.638/07, os outros dois profissionais fizeram a opção pela alternativa incorreta, que abrangia as sociedades anônimas e as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei no 1.598/77; mas omitiram da obrigação as empresas de grande porte. Verifica-se a não observância desses contadores ao conteúdo da Lei nº 11.638/07.

3.2.2. Classificação dos ativos conforme a Lei nº 11.638/07

8. Classificação dos ativos conforme a Lei nº 11.638/07

Ativos conforme a Lei nº 11.638/07	FREQUENCIA
Ativo Permanente	00
Ativo Circulante e Não Circulante	03
Ativo Permanente e Não Circulante	00
Ativo Permanente e Circulante	00
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Sobre a classificação dos ativos, conforme a Lei nº 11.638/07, os respondentes afirmaram que a classificação constitui-se em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, estando as respostas de acordo com o disposto na referida Lei, em que Ativo anteriormente classificado como Permanente passou a ser classificado como Circulante e Não Circulante.

3.2.3. Reavaliação de Ativos

9. A Reavaliação de Ativos é permitida?

REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	FREQUENCIA
Sim	03
Não	00
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Todos os respondentes afirmaram a permissão da Reavaliação de Ativos, sendo que, de 2008 em diante, não mais é permitido nenhum tipo de reavaliação conforme a Lei nº 11.638/07. Lembrando ainda que, de acordo com a Lei, saldos existentes nas reservas de reavaliação serão mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrou em vigência.

3.2.4. Classificação dos Passivos conforme a Lei nº 11.638/07

10. Classificação dos passivos conforme a Lei nº 11.638/07

CLASSIFICAÇÃO DOS PASSIVOS	FREQUENCIA
Passivo Circulante e Não Circulante	03
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	00
Passivo Não Circulante e Exigível a Longo Prazo	00
Passivo Circulante e Passivo a Longo Prazo	00
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

De acordo com a Lei nº 11.638/07, o Passivo passa a ser classificado em Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, nesta questão todos os contadores responderam a assertiva em conformidade com a Lei.

3.2.5. Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos

11. Substituição da DOAR

SUBSTITUIÇÃO DA DOAR	FREQUENCIA
DRE	00
DVA	00
DFC	02
DLPA	01
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Apenas um contador não respondeu adequadamente sobre a substituição da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos, enquanto os demais responderam de acordo com o disposto na Lei nº 11.638/07 (art. 176, IV), onde, desde 2008, a Demonstração das Origens

e Aplicação de Recursos – DOAR foi substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC.

3.2.6. Não obrigatoriedade da Demonstração do Fluxo de Caixa

12. Dispensa da divulgação da DFC

NÃO OBRIGATORIEDADE DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	FREQUENCIA
Companhias fechadas com Patrimônio Líquido superior a R\$ 3 milhões	00
Companhias fechadas com Patrimônio Líquido inferior a R\$ 3 milhões	00
Companhias fechadas com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2 milhões	00
Companhias fechadas com Patrimônio Líquido inferior a R\$ 2 milhões	03
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na Tabela 12, todos os respondentes foram concordantes à Lei nº 11.638/07. Pela Lei, qualquer empresa obrigada a publicar as suas Demonstrações Financeiras deverá publicar a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, exceto a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2 milhões.

3.2.7. Exclusão do Ativo Diferido

13. Grupo excluído do Balanço Patrimonial

EXCLUÍ-SE DO BALANÇO	FREQUENCIA
Ativo Circulante	00
Ativo Não Circulante	00
Ativo Diferido	01
Ativo Permanente	02
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

De acordo com Medida Provisória 449/08, atualmente convergida na Lei nº 11.941/09, o grupo do Ativo Diferido foi excluído do Balanço. Vale ressaltar que, saldos classificados em suas contas serão zerados por obrigatoriedade da lei e parte das despesas pré-operacionais classificadas nesse grupo passará para o Imobilizado e alguns gastos com desenvolvimento poderão ser reclassificados para o grupo do Intangível. Pela Tabela 13, percebe-se que apenas um dos respondentes tem conhecimento do disposto na Lei nº 11.941/09 que trata da exclusão do grupo do Ativo Diferido do balanço. Os outros respondentes optaram pela

assertiva do Ativo Permanente, que com a Lei nº 11.638/07 passou a ser Ativo Circulante e Não Circulante.

3.2.8. Divisão do Patrimônio Líquido

14. Divisão do Patrimônio Líquido

Divisão do PL	FREQUENCIA
Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.	02
Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros e Ações em Tesouraria.	00
Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial e Reservas de Lucros.	01
Capital Social, Reservas de Capital e Ajustes de Avaliação Patrimonial.	00
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Conforme a Lei nº 11.941/09, a divisão do Patrimônio Líquido passou a ser a seguinte: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados. Apenas um contador optou pela assertiva incompleta, esquecendo de citar em sua resposta Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados, o que os outros contadores não esqueceram.

3.2.9. Princípios de Contabilidade

15. Princípios de Contabilidade

PRINCÍPIOS SEGUNDO A RESOLUÇÃO CFC Nº 1.282/10	FREQUENCIA
Princípios de Contabilidade	00
Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos	01
Princípios Contábeis Geralmente Aceitos	00
Princípios Contábeis Fundamentais	02
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Segundo a Resolução CFC nº 1.282/10, os Princípios Fundamentais de Contabilidade passaram a ser denominados de Princípios de Contabilidade. Nenhum dos contadores respondeu conforme a Resolução, o que indica a falta de atenção acerca da nomenclatura dos princípios.

3.2.10. Aplicabilidade das alterações na contabilidade dos laticínios

16. Você identifica que as alterações se aplicaram na contabilidade das empresas de laticínios?

APLICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NAS EMPRESAS DE LATICÍNIO	FREQUENCIA
Sim	03
Não	00
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Por meio da Tabela 16, ficou claro que para os respondentes as alterações nas normas e princípios contábeis se aplicaram na contabilidade das empresas de laticínios.

3.2.11. Curso ou treinamento sobre as alterações contábeis

17. Você fez algum curso ou treinamento específico relativo às alterações contábeis?

CURSO OU TREINAMENTO ESPECÍFICO RELATIVO ÀS ALTERAÇÕES CONTÁBEIS	FREQUENCIA
Sim	01
Não	02
Total	03

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na Tabela 17, verifica-se que apenas um dos respondentes participou de Curso ou treinamento referente às alterações nas normas e princípios contábeis, demonstrando a falta de preocupação dos demais para com a atualização nas normas e princípios norteadores da profissão contábil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais contábeis, que lidam com a área financeira, econômica e patrimonial, precisam estar preparados para trabalhar com o grande número de informações geradas pelo crescimento de corporações, entidades e empresas. O Brasil vive um momento onde suas empresas tidas como grandes potências nacionais estão buscando a expansão para o mercado a nível internacional.

A Contabilidade como ciência social, que estuda, interpreta e registra fenômenos influentes no patrimônio de uma entidade, utiliza algumas técnicas para atingir seus objetivos, que no Brasil são influenciadas pela legislação e esta, por sua vez, vem passando por uma série de alterações nos últimos anos, o que exige atenção dos profissionais para atender aos novos dispositivos legais.

Em se tratando de internacionalização da contabilidade, além da criação do CPC podemos destacar a Legislação Societária e a Lei nº 11.941/09, como instrumentos que buscam aproximar as empresas brasileiras à realidade do mercado a nível mundial.

O estudo teve como objetivo analisar o impacto das principais alterações das normas e princípios contábeis na contabilidade das empresas de laticínios da cidade de Sousa – Paraíba, no período de 2008 a 2013, sob a ótica do profissional contábil. Dos quatro contadores, três responderam o questionário proposto, mas para tanto, inicialmente foi apurado para os respondentes a relevância da colaboração para o desenvolvimento da pesquisa na área contábil.

Pelo questionário aplicado com os responsáveis pela contabilidade das empresas, mesmo sendo os respondentes profissionais com nível superior na área, foi possível investigar e identificar algumas deficiências e a omissão desses contadores em participar de curso ou treinamento onde o foco seja as alterações nas normas e princípios contábeis, ocorridos no período abordado pela pesquisa, deixando falhas em questões importantes contidas na Lei nº 11.638/07 como quais as empresas estão obrigadas a cumprir as disposições, a exclusão do grupo reavaliação de ativos do passivo e a substituição da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Perguntas que também apontaram falhas dos contadores foram as que envolveram questões como a exclusão do ativo diferido e a divisão do Patrimônio Líquido contidas na Lei nº 11.941/09 que institui regime tributário de transição. Ainda verifica-se falha na nomenclatura dos Princípios de Contabilidade – PC, denominados assim pela Resolução CFC nº 1.282/10, antes

denominados como Princípios Fundamentais de Contabilidade – PFC pela Resolução CFC nº 750/93.

O intervalo de tempo entre as alterações ocorridas requer a atenção dos contadores para adequar-se as mesmas. Os contadores responderam positivamente sobre a aplicação das alterações nas normas e princípios na contabilidade das empresas de laticínios, mesmo assim, constata-se a falta de conhecimento profundo para com as Leis em estudo e a necessidade de informação, atualização e treinamento desses profissionais no que envolve as alterações das normas e princípios contábeis, no período de 2008 a 2013.

Portanto, o presente estudo apresentou um breve aspecto do conceito de contabilidade, de suas entidades reguladoras, FASB, IASB e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) identificou as principais alterações nas Normas e Princípios Contábeis entre os anos de 2008 e 2013, concluindo que os contadores das empresas de laticínios da cidade de Sousa, apesar de confirmarem a aplicabilidade das alterações nas normas e princípios ressaltadas na pesquisa à contabilidade das empresas envolvidas no estudo, não demonstraram afinidade com as alterações.

REFERÊNCIAS

BONI, Robson Rosano. Convergência das Normas Contábeis Brasileiras para as Normas Internacionais: as principais mudanças e entraves. **Revista Interfaces**. n, 4, p. 21-35, abr/2013.

BRASIL, Decreto Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de Seguro.

BRASIL, Decreto Lei n. 9.295/46, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define atribuições do Contador e do Guarda-livros.

BRASIL, Lei n. 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

BRASIL, Lei n. 11.457/07, de 16 de março de 2007. Dispõe sobre a Administração Tributária Federal.

BRASIL, Lei n. 4.595/64, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional.

BRASIL, Resolução CFC n. 1.282/10, de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida os dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

BRASIL, Resolução CFC n. 1.055/05, de 07 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC).

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, n. 2., p. 110-126, mai/ago/2012.

FREITAS, Wagner Ferreira de. **O Papel da Contabilidade na Gestão de Negócios**. Disponível em: www.classecontabil.com.br. Acesso em: 25 jan, 2014.

FILHO, José Francisco Ribeiro; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide (Org.) et. al. **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GIROTTTO, Maristela. O Brasil e a adoção do padrão contábil internacional. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 167, p. 7-19, set/out/2007.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade Básica e Estrutura das demonstrações financeiras**. 12. ed. São Paulo: Frase, 2004.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade Financeira**. São Paulo, n. 56, p. 155-173, mai/jun/jul/ago/2011.

PAGANOTTO, Juliane Fank; ROSSONI, Estela Pitwak; RIBEIRO, José Francisco Filho. Uma Investigação sobre o nível de conhecimento e observância da aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade em escritórios de contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC**. Brasília, n.2, p. 94-110, mai/ago/2007.

PEREIRA, Ednei Moraes. **Avaliação do Nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB – Uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal**. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PRONDANOV, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSA, Débora Cristina Dala; FARIA, José Cesar de. **O Impacto da Lei 11.638/07 no Mundo Contábil**. In: XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/>. Acesso em: 26 jan, 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, Silney de. **Seguros: contabilidade, atuária e auditoria**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

VILELA, Duarte. A importância econômica, social e nutricional do leite. **Revista Batavo**. N. 111, dez/2001/jan/2002.

Sites Consultados:

fazendaeficiente.com.br

www.abrasca.org.br

www.apimec.com.br

www.bcb.gov.br

www.bmfbovespa.com.br

www.cni.org.br

www.cpc.org.br

www.cvm.gov.br

www.febraban.org.br

www.fipecafi.org.br

www.ibge.gov.br

www.ibracon.com.br

www.receita.fazenda.gov.br

www.sebrae.com.br

www.susep.gov.br

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A PESQUISA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PESQUISA DE GRADUAÇÃO

**AS ALTERAÇÕES NAS NORMAS E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS, NO PERÍODO DE 2010 A 2013, NA CONCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DE LATICÍNIO DA CIDADE DE SOUSA.
QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA**

1ª PARTE – PERFIL DOS CONTADORES E EMPRESA**1. Sexo:**

- a. Masculino
- b. Feminino

2. Faixa etária:

- a. de 18 a 25
- b. de 26 a 33
- c. de 34 a 41
- d. de 42 a 49
- e. de 50 a 65

3. Grau de escolaridade:

- a. Curso Técnico em Contabilidade
- b. Curso Superior em Ciências Contábeis

4. Tempo que atua na profissão contábil:

- a. de 01 a 05 anos
- b. de 06 a 10 anos
- c. de 11 a 15 anos
- d. de 16 a 20 anos
- e. mais de 20 anos

5. Tempo de existência da empresa:

- a. de 01 a 05 anos
- b. de 06 a 10 anos
- c. de 11 a 15 anos
- d. de 16 a 20 anos
- e. mais de 20 anos

6. Número de funcionários:

- a. de 01 a 10
- b. de 11 a 20
- c. de 21 a 30
- d. de 31 a 40
- e. mais de 40

2ª PARTE – ALTERAÇÕES NAS NORMAS E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

1. Quais entidades estão obrigadas a seguir as disposições da Lei nº 11.638/07?

- a. Todas as empresas obrigadas a seguir a Lei das S/A, compreendendo não só as sociedades anônimas, como as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei no 1.598/77.
- b. Todas as empresas obrigadas a seguir a Lei das S/A, compreendendo não só as sociedades anônimas, como as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei no 1.598/77; incluindo também as empresas de pequeno porte.
- c. Todas as empresas obrigadas a seguir a Lei das S/A, compreendendo não só as sociedades anônimas, como as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei no 1.598/77; incluindo também as empresas de grande porte.
- d. Todas as empresas obrigadas a seguir a Lei das S/A, exceto as limitadas tributadas pelo lucro real, conforme Decreto-lei no 1.598/77; incluindo também as empresas de grande porte.

2. De acordo com a Lei nº 11.638/07, como passam a ser classificados os ativos?

- a. Ativo Permanente
- b. Ativo Circulante e Não Circulante
- c. Ativo Permanente e Não Circulante
- d. Ativo Permanente e Circulante

3. A Reavaliação de Ativos é permitida?

- a. Sim
- b. Não

4. Como passam a ser classificados os passivos?

- a. Passivo Circulante e Não Circulante
- b. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo
- c. Passivo Não Circulante e Exigível a Longo Prazo
- d. Passivo Circulante e Passivo a Longo Prazo

5. A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR foi substituída pela:

- a. Demonstração do Resultado do Exercício
- b. Demonstração do Valor Adicionado
- c. Demonstração dos Fluxos de Caixa
- d. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

6. A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa não é mais obrigatória para as companhias fechadas com Patrimônio Líquido:

- a. superior a R\$ 3 milhões
- b. inferior a R\$ 3 milhões
- c. superior a R\$ 2 milhões
- d. inferior a R\$ 2 milhões

7. De acordo com a Lei nº 11.941/09, exclui-se do balanço o grupo:

- a. Ativo Circulante
- b. Ativo Não Circulante
- c. Ativo Diferido
- d. Ativo Permanente

8. O Patrimônio Líquido passou a ser dividido em:

- a. Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas

de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

b. Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros e Ações em Tesouraria.

c. Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial e Reservas de Lucros.

d. Capital Social, Reservas de Capital e Ajustes de Avaliação Patrimonial.

9. Como passaram a ser denominados os Princípios Fundamentais de Contabilidade segundo a Resolução CFC nº 1.282/10?

a. Princípios de Contabilidade

b. Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos

c. Princípios Contábeis Geralmente Aceitos

d. Princípios Contábeis Fundamentais

10. Você identifica que as alterações se aplicaram na contabilidade das empresas de laticínios?

sim

não

11- Você fez algum curso ou treinamento específico relativo às alterações contábeis?

sim

não

Graduada: BEZERRA, Gabriela Moreira Duarte
CEP: 58.802-660 – Tel.: (83) 3521 2403
E-mail: gabiduarte.contabeis@gmail.com